

4. A TRAJETÓRIA DO SPD (1966-1998)⁹

Nesta seção busca-se reconstituir a trajetória do Serviço de Projetos de Desenvolvimento (SPD) desde a criação deste serviço, em 1966, até o momento presente (1998/99). Neste percurso foram estreitando-se os vínculos existentes entre a atividade de intermediação de recursos, visando o financiamento de projetos de desenvolvimento, e o amplo e diversificado trabalho social desenvolvido pela IECLB em diferentes campos. A criação do Departamento de Diaconia, em 1988, e a incorporação do SPD a este Departamento representou, sem dúvida, um marco extremamente importante neste processo.

4.1 A criação do SPD e as Ações de Assistência ao Desenvolvimento (1966-1978)

A criação do Serviço de Projetos de Desenvolvimento da IECLB, na segunda metade da década de 60, encontra-se associada a todo um conjunto de iniciativas de cooperação entre “países desenvolvidos” e o chamado Terceiro Mundo, impulsionadas em diferentes partes do globo, sobretudo a partir dos anos 50. O novo ciclo de expansão capitalista, que se inaugura no pós-guerra, será caracterizado pela constituição de toda uma rede de organismos multilaterais e bilaterais, governamentais e privados, que terão, como objeto de intervenção, o combate à pobreza, à fome, e à suposta estagnação econômica e social dos países do então Terceiro Mundo.

Neste contexto, além da criação de grandes agências de apoio ao desenvolvimento como a FAO¹⁰, o BIRD¹¹ e outras, verifica-se a emer-

⁹ Esta seção é uma versão reduzida do Relatório Temático nº1, de Cláudia Schmitt, intitulado ‘A Trajetória do Serviço de Projetos de Desenvolvimento da IECLB (1966-1998)’.

¹⁰ Food and Agriculture Organization of the United Nations (Organização para Alimentação e Agricultura das Nações Unidas), fundada em 1945.

¹¹ Banco Mundial para Reconstrução e Desenvolvimento, fundado em 1944.

gência de diferentes agências privadas de ajuda ao desenvolvimento vinculadas tanto à Igreja Católica como às Igrejas Protestantes, algumas delas de caráter ecumênico.

Atuando com recursos próprios ou gerenciando fundos governamentais, estas novas organizações irão envolver-se no financiamento a projetos em áreas como saúde, educação, desenvolvimento rural e implantação de serviços de infra-estrutura em países da Ásia, da África e da América Latina. Data deste período o surgimento de muitas das organizações que atuaram ou atuam como parceiras do SPD, entre elas Pão para o Mundo¹², a Associação Evangélica de Cooperação e Desenvolvimento (EZE)¹³, o Serviço de Desenvolvimento Comunitário da Federação Luterana Mundial¹⁴, o Comitê das Igrejas Protestantes da Alemanha para o Serviço em Ultra-Mar¹⁵ e muitas outras.

O que nos parece fundamental destacar é o fato de que o Serviço de Projetos da IECLB esteve engajado, ao longo de sua história, em uma modalidade particular de cooperação internacional, que tem por base a parceria entre organizações da sociedade civil situadas em países desenvolvidos, neste caso específico, sobretudo na Alemanha, e grupos e organizações não-governamentais localizadas em países do Terceiro Mundo. Trata-se, portanto, de uma forma de cooperação fortemente permeada pelas identidades, conflitos e tensões que atravessam as relações entre o Estado e a sociedade civil, tanto nos países doadores como nos países beneficiários, e onde o aporte de verbas públicas governamentais não é, de forma alguma, negligenciável.¹⁶

¹² Brot Für Die Welt, fundada em 1959.

¹³ Evangelische Zentralstelle für Entwicklungshilfe – EZE, que se estrutura no ano de 1962, passando a atuar no Brasil desde sua criação.

¹⁴ Community Development Liaison and Validation Service, cujo Comitê Executivo instituído em 1961.

¹⁵ Dienste in Übersee – DÜ, de 1960.

¹⁶ ‘... no período entre 1962 e 1993, 721 projetos brasileiros apresentados pelas organizações eclesásticas alemãs foram apoiados com verbas públicas alemãs,

Cabe ainda observar que no caso aqui analisado, as relações que se estabelecem entre as entidades doadoras e o SPD, enquanto organismo responsável pela intermediação dos projetos, envolvem, também, vínculos de cunho religioso e confessional, não estando imunes, portanto, às transformações que ocorrem no âmbito das Igrejas parceiras, seja no plano teológico, seja no que diz respeito ao seu “agir no mundo”. Os posicionamentos, não apenas da hierarquia da Igreja mas, também, das comunidades religiosas ‘nas bases’ são, portanto, um elemento fundamental na definição do tipo de relação que passa a se estabelecer entre doadores e beneficiários.

É importante destacar ainda que a identidade historicamente existente entre luteranismo e germanismo, a qual só começa a ser trabalhada pela IECLB sob uma nova perspectiva a partir do final dos anos 70, permearam, e ainda permeiam, direta ou indiretamente, as ações de desenvolvimento implementadas pela Igreja, introduzindo, portanto, mais um componente de especificidade à trajetória do Serviço de Projetos¹⁷.

A constituição do SPD, no ano de 1966, teve sua origem no trabalho desenvolvido pelo Community Development Liaison and Validation Service (CDS), instituído pelo Comitê Executivo da Federação Lutera-

num volume de aproximadamente 337 milhões de DM. Organizações do Brasil se constituíram, assim, nos maiores receptores de recursos públicos utilizados na cooperação para o desenvolvimento das Igrejas Alemãs com a América Latina’. Intervenção feita por Dorothea Groth, Chefe do Departamento de Cooperação Técnica e Financeira da Embaixada da República Federal da Alemanha no seminário “Terra e Democracia”: novas bases para a cooperação internacional, realizado no Rio de Janeiro, de 6 a 9 de dezembro de 1995. Ver: GROTH, Dorothea. O papel do Estado e da Sociedade Civil na cooperação alemã-brasileira para o desenvolvimento. In: ABONG, Núcleo Terra e Democracia. **Terra e Democracia: novas bases para a cooperação internacional**. Rio de Janeiro e São Paulo: ABONG, Núcleo de Animação Terra e Democracia, 1996.

¹⁷ Exemplo disso é o fato das relações do SPD com o exterior envolverem principalmente, agências de desenvolvimento com base na Alemanha.

na Mundial (FLM)¹⁸ em 1961. O CDS foi criado como um organismo de intermediação e avaliação de projetos de desenvolvimento social e econômico, tendo como papel receber, examinar e encaminhar projetos pertencentes a, relacionados com, ou aprovados por Igrejas Luteranas, submetendo-os, por sua vez, às agências doadoras para financiamento. Segundo o documento intitulado “Proposed Structure Changes for the Lutheran World Federation”, a criação de uma comissão na área de serviço e desenvolvimento expressava, acima de tudo:

‘... a permanente preocupação da Federação Luterana Mundial com as necessidades humanas, demonstrando o desejo das Igrejas Luteranas de atender estas necessidades através de uma agência internacional da Igreja. A FLM vê-se assim comprometida em desafiar suas Igrejas filiadas em sua preocupação diaconal e em sua responsabilidade social.’¹⁹

A abrangência do trabalho desenvolvido pelo Community Development Service, ainda em seus primeiros anos de existência, pode ser aferida a partir das informações sistematizadas no relatório deste serviço referente ao período 1963-1969. Em dezembro de 1969, a lista de financiamentos do CDS era composta por 275 projetos, que, somados, perfaziam um volume total de recursos equivalente a US\$ 28.340.812,00,

¹⁸ Segundo Schünemann a Federação Luterana Mundial foi fundada em 1947, em Lund, na Suécia, sendo o resultado “de um longo processo de reflexão teológica, de movimentação eclesial e de prestação de serviços em todo o mundo”. O cultivo da unidade de fé das Igrejas Luteranas, o fomento à participação luterana em movimentos ecumênicos e o desenvolvimento de uma iniciativa luterana coesa na realização de tarefas missionárias e catequéticas figuram entre seus objetivos. Ver: SCHÜNEMANN, Rolf. **Do gueto à participação: o surgimento da consciência sócio-política da IECLB entre 1960 e 1975.**

¹⁹ Serviço de Intermediação e Avaliação de Projetos de Ajuda Econômica e Social de Países em Desenvolvimento da Federação Luterana Mundial. Informações extraídas a partir do relatório do CDS referente ao período 1963-1969.

distribuídos, em termos geográficos, da seguinte forma: 133 projetos na África, 83 na Ásia e 59 na América Latina. Pão para o Mundo figurava, neste momento, como a principal entidade doadora, seguida pela Lutherhjaelpen²⁰ e pela Associação Evangélica de Cooperação e Desenvolvimento (EZE). No final dos anos 60, estimava-se que 80% dos recursos de ajuda ao desenvolvimento providos de fontes não-missionárias para projetos luteranos de desenvolvimento no Terceiro Mundo eram canalizados através da FLM²¹.

Os projetos na América Latina que, em 1964, representavam apenas 13% do número total de projetos financiados pelo CDS correspondiam, em 1969, a 21% do conjunto total de financiamentos apoiados pelo setor, ficando aquém, no entanto, dos percentuais referentes à Ásia e à África.

É nesta conjuntura, de crescente interesse pela ação para o desenvolvimento na América Latina por parte da FLM que será criado, em 1966, por iniciativa do Conselho Diretor da IECLB, e em consenso com a Federação Luterana Mundial, o Serviço de Projetos de Desenvolvimento (SPD), com o objetivo de atender ao trabalho de 'estudo, avaliação e intermediação de projetos de desenvolvimento e acompanhamento na execução dos projetos e no assessoramento de auditoria'²².

A constituição de serviços nacionais de apoio aos projetos no Terceiro Mundo era parte integrante da estratégia de ação da FLM, valendo a pena citar aqui, mais uma vez, o Relatório do CDS referente ao período 1963-1969:

²⁰ Organização da Igreja Evangélica Luterana da Suécia.

²¹ Serviço de Intermediação e Avaliação de Projetos de Ajuda Econômica e Social de Países em Desenvolvimento. Informações extraídas a partir do relatório do CDS referente ao período 1963-1969.

²² Ver: IECLB, Serviço de Projetos de Desenvolvimento. **Manual de rotina e métodos**. Porto Alegre, 1996.

‘Nos sete anos abrangidos por este relatório, ficou claro que não existem especialistas “universais”. Embora as visitas regulares do staff de Genebra sejam importantes, é necessário que haja boas comissões de projetos nacionais, ligados à respectiva igreja. (...) Essas comissões nacionais também podem averiguar se o projeto serve a toda a comunidade. Por intermédio delas, podem também ser colhidas as recomendações do governo e a garantia de cobertura dos custos operacionais dos investimentos. Além dessas funções técnicas, é incumbência das comissões nacionais de projetos estimular novos tipos de assistência, promover especialmente projetos pioneiros e planejar uma estratégia de ajuda ao desenvolvimento a longo prazo, numa área determinada’²³

Parece ser consenso, entre os entrevistados atuantes na IECLB neste período, a avaliação de que o SPD foi criado muito mais como uma demanda da Federação Luterana Mundial do que como uma necessidade da IECLB:

‘Foi uma demanda das agências. As agências lá de fora sentiram a necessidade de ter um apoio aqui no Brasil. Porque havia muitos projetos no Brasil.’

É importante considerar, no entanto, que mesmo antes da criação do Serviço de Projetos, o financiamento às ações desenvolvidas pelas comunidades luteranas na área social já existia. Eram os próprios pastores que viajavam para a Alemanha, entravam em contato com as agências e apresentavam seus projetos locais. A partir de sua estruturação, o SPD passa a centralizar este trabalho, disciplinando um pouco mais as atividades dos pastores na Europa.

²³ Serviço de Intermediação e Avaliação de Projetos de Ajuda Econômica e Social de Países em Desenvolvimento da Federação Luterana Mundial. Informações extraídas a partir do relatório do CDS referente aos anos de 1963 e 1969.

Este esforço por coordenar as relações estabelecidas entre as comunidades luteranas e as entidades religiosas no exterior fazia parte de um processo mais amplo de constituição da Igreja Luterana enquanto uma igreja dotada de uma estrutura organizativa de caráter nacional. Até então, os quatro sínodos existentes mantinham uma estrutura jurídica própria, estabelecendo relações diretas com a Europa. A extinção dos (antigos) sínodos, em 1968, e o surgimento da IECLB enquanto corpo eclesiástico e jurídico, foram, na verdade, o ponto culminante de um longo processo de integração nacional da Igreja, que se inicia em 1946 com a fundação da Escola de Teologia, avança em 1949 para a formação da Federação Sinodal e tem como seqüência a anexação da designação 'Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil' ao nome da Federação Sinodal em 1962. A IECLB, enquanto tal, só seria constituída, no entanto, efetivamente, em 1968.

O envolvimento da IECLB com as questões sociais e, de forma mais restrita, com o financiamento a projetos de desenvolvimento, colocava-se, neste momento, como um duplo desafio. De um lado, pela dimensão assumida pelos problemas sociais brasileiros em um período marcado por um acelerado processo de industrialização e urbanização e pela recente ascensão, em um cenário de profunda instabilidade econômica e política, de um governo militar ditatorial. De outro, pela própria conjuntura interna da Igreja no Brasil que dava, no final dos anos 60 e início dos anos 70, seus primeiros passos na construção de uma identidade brasileira.

Os luteranos que, até um período muito recente, haviam restringido sua presença a um universo relativamente homogêneo de comunidades rurais, de cultura germânica, compostas por agricultores familiares e localizadas sobretudo no Sul do país, seriam também atingidos pelas grandes correntes migratórias e pelos movimentos políticos que atravessariam o Brasil nos anos 60.

A IECLB foi chamada, assim, a ser Igreja no Brasil e isso significava posicionar-se diante da realidade sócio-política. Para um círculo minoritário de intelectuais luteranos progressistas, a construção de uma identidade brasileira passava, necessariamente, pelo engajamento político

na defesa de uma sociedade mais justa e igualitária e pela elaboração de uma teologia autóctone e de libertação. Esta linha de pensamento sairia fortalecida, ao longo dos anos 60, em diferentes encontros latino-americanos e internacionais reunindo católicos, protestantes, ou organizados em bases ecumênicas. Nos pronunciamentos oficiais extraídos destes encontros os cristãos seriam oficialmente desafiados a assumir sua responsabilidade social, participando politicamente e servindo aos mais pobres e necessitados²⁴.

A posição dominante na IECLB, neste período, parece ter estado mais fortemente centrada, no entanto, na conscientização individual do membro evangélico e na busca de um espaço institucional na sociedade brasileira, secundando e até evitando o questionamento das estruturas sócio-econômicas e políticas do País. Uma postura pouco crítica ao regime militar e à adesão a um discurso desenvolvimentista e modernizante tornou-se, assim, a marca principal da atuação da Igreja no Brasil neste período.

O SPD assumiu uma linha fortemente assistencialista, incentivando experiências que buscavam vencer os “obstáculos estruturais à modernização”, combatendo o “atraso” através da incorporação de novas tecnologias e de melhorias em infra-estrutura, saúde e educação.

Os projetos financiados seguiam à risca as diretrizes traçadas pela Federação Luterana Mundial, tanto em termos do tipo de projeto financiado como no que se refere aos seus procedimentos de seleção, acompanhamento e avaliação. O SPD operava, no dia-a-dia, com uma equipe composta de 4 a 5 profissionais, da qual faziam parte o Diretor do Serviço de Projetos (Ingo Sudhaus), um tesoureiro (Carl Hofmeister),

²⁴ Pronunciamentos desse tipo foram feitos em encontros como a II Conferência Evangélica Latino Americana (Lima – Peru, 1961), a Assembléia do Conselho Mundial de Igrejas (Nova Délhi – Índia, 1961), na II Conferência geral do Episcopado Latino-Americano (Medellín – Colômbia, 1968), entre outros.

um auditor (Edvino Wendt), e um ou dois funcionários responsáveis por serviços de secretaria.

Os projetos eram periodicamente analisados por uma Comissão de Projetos, com 7 a 10 integrantes, composta por profissionais de diferentes áreas, todos eles pertencentes à comunidade luterana. Estes pedidos de financiamento, uma vez aprovados, eram repassados à Federação Luterana Mundial, onde eram avaliados por outra comissão que se reunia duas vezes ao ano.

Em cerca de dez anos a Comissão de Projetos reuniu-se 59 vezes. Dos projetos encaminhados à Federação Luterana Mundial foram aprovados e executados 185, distribuídos em 18 estados brasileiros (incluindo o Território de Rondônia), 65% dos quais procediam de comunidades luteranas. Os recursos concedidos e liberados para apoio direto a projetos atingiram um montante de US\$ 12.310.616,00.

Segundo nossos entrevistados, neste período, pequenos, médios e grandes projetos recebiam um mesmo tipo de tratamento. A grosso modo é possível dizer, no entanto, que um pequeno projeto envolvia recursos de até US\$ 20.000,00. Um médio projeto situava-se, em princípio, numa faixa entre US\$ 50.000,00 e US\$ 100.000,00. Grandes projetos mobilizavam, no geral, recursos acima de US\$ 100.000,00.

Boa parte destes financiamentos eram destinados à construção de escolas, hospitais e centros sociais, à implantação de centros de treinamento profissional (tanto na área urbana como no meio rural) e a projetos pioneiros envolvendo, por exemplo, populações indígenas. Os recursos eram repassados aos beneficiários, em geral, a fundo perdido²⁵.

²⁵ Em alguns momentos e casos específicos, um determinado percentual destes fundos retornava ao SPD na forma de uma contribuição, permitindo, com isso, que parte do orçamento do setor (até 25% do total) fosse gerada com recursos próprios.

Em termos geográficos os projetos localizavam-se principalmente nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo (115 projetos), Guanabara, Minas Gerais, Espírito Santo e Mato Grosso (10 projetos) e no Nordeste do Brasil (12 projetos).

Nessa fase de sua história o SPD, ainda que estivesse vinculado à estrutura da IECLB, mantinha um considerável grau de autonomia do ponto de vista de seu funcionamento. Organizava-se com base em um orçamento próprio, financiado pelas agências, e que cobria as despesas do setor, notadamente as de pessoal. Entre 1967 e 1978 as agências doadoras da Alemanha e da Suécia repassaram para a sustentação do Serviço de Projetos um montante total de recursos equivalente a US\$ 266.323,00²⁶.

Até o início do ano de 1974, o escritório do Serviço de Projetos funcionou em salas cedidas pela IECLB no edifício sede da Igreja sendo transferido, a partir desta data, para um escritório próprio, também localizado em Porto Alegre. Os contatos com a direção da IECLB, ainda que permanentes, não envolviam, ao que tudo indica, uma discussão mais permanente dos projetos, a não ser em casos especiais, cuja execução envolvesse, por exemplo, a realização de convênios com agências do Estado.

Os prazos e normas do SPD tornavam-se conhecidos pelas comunidades luteranas através de cartas circulares enviadas às paróquias. As solicitações eram analisadas pela comissão de projetos com base nos critérios propostos pelas agências e, principalmente, pela FLM²⁷.

²⁶ Ver: SUDHAUS, Ingo. Serviço de Projetos de Desenvolvimento da IECLB, Porto Alegre, Brasil, 1966-1978.

²⁷ Segundo os termos de referência do CDS-FLM, os projetos deveriam: 1) prover ou expandir atividades voltadas ao bem-estar econômico e social; 2) atender à comunidade como um todo; 3) ter o apoio da comunidade cristã local; 4) estar voltados ao desenvolvimento da responsabilidade social da comunidade cristã local; 5) pertencer ou estar relacionados à Igreja; 6) atender demandas prioritárias

O acompanhamento aos financiamentos aprovados implicava, no geral, em três viagens a campo. A equipe do SPD visitava o projeto uma ou duas vezes antes dele ser executado, o auditor avaliava o projeto durante sua execução e um membro do Serviço de Projetos fazia-se, no geral, presente na inauguração das obras. A partir de 1970, projetos remetidos pela IELB (Igreja Evangélica Luterana do Brasil) passaram também a ser intermediados através do Serviço de Projetos da IECLB.

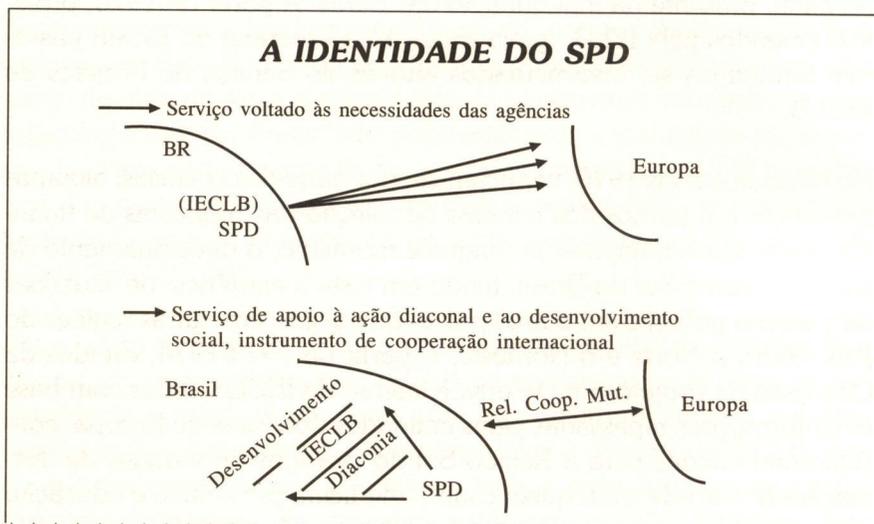
No início dos anos 1970, verificam-se, por parte das agências, algumas mudanças em termos dos critérios de seleção das propostas de financiamento. Questionava-se já, naquele momento, o direcionamento de recursos para o Sul do Brasil, tendo em vista a existência de situações de extrema pobreza em outros países ou mesmo em outras regiões do País, como o Norte e o Nordeste. A partir de 1973/1974, estudos da Comissão de Projetos de Desenvolvimento da IECLB, feitos com base em informações repassadas pelas entidades doadoras da Europa, consideraram válidas para a Região Sul do Brasil as prioridades de 'formação de mão-de-obra qualificada', 'medicina preventiva e educação sanitária', 'fomento ao sistema cooperativo na área rural', e 'agricultura e pecuária, consideradas como atividades econômicas'.²⁸

Estas prioridades regionais estabelecidas pelo SPD, e que representavam, antes de mais nada, uma reação às mudanças de ênfase ocorridas no trabalho das agências não-governamentais européias, alinhavam-se perfeitamente com as diretrizes de política agrícola e industrial implantadas pelo Governo Militar nos anos 70. Os projetos de desenvolvimento incentivados através da cooperação não-governamental vinham, nesse sentido, a fortalecer um modelo de desenvolvimento baseado na modernização da agricultura, na industrialização apoiada

LUTHERAN WORLD FEDERATION – COMMUNITY DEVELOPMENT LIASON AND VALIDATION SERVICE. *Terms of Reference*. Geneva, October, 1996.

²⁸ SUDHAUS, Ingo e HOFFMEISTER, Carl. Dados sobre o Serviço de Projetos de Desenvolvimento da IECLB.

pelo capital externo e na maciça transferência de mão-de-obra do campo para a cidade. As desigualdades sociais e econômicas geradas por este modelo, bem como seus impactos ambientais, tornar-se-iam, nas décadas de 80 e 90, objeto de intervenção do SPD.



4.2.A transição Democrática e a Responsabilidade Social da Igreja (1978-1988)

É difícil identificar, com precisão, as causas que levaram à redução das atividades de apoio ao desenvolvimento implementadas pela IECLB, à dissolução (em 1978) da equipe do Serviço de Projetos, bem como a incorporação, ainda que parcial, de suas atividades, ao conjunto de atribuições da Secretaria Geral.

A diminuição do volume de recursos destinados à cooperação para o desenvolvimento no Sul do Brasil já vinha sendo sinalizada pelas agências desde a primeira metade da década de 70. Em 1972 foi aprovado um plano quinquenal de apoio orçamentário para o funcionamento do SPD. A partir de 1975 o escritório de Porto Alegre foi alertado, porém, de que este plano dificilmente seria renovado. Solicitou-se, também,

que a equipe, na medida do possível, reduzisse seus custos. A intenção das entidades financiadoras de diminuir drasticamente sua atuação no Sul do Brasil foi explicitada, também, em reuniões de representantes das agências com as instâncias da IECLB.

Com a perspectiva de fechamento do escritório do SPD, verifica-se também um movimento das agências, mais visível no caso de Pão para o Mundo, no sentido de abrir canais diretos de negociação com os grupos beneficiários dos projetos, sem que os mesmos passassem, necessariamente pela intermediação da FLM e do Serviço de Projetos.

O descompasso entre os posicionamentos da FLM de crítica aberta às violações dos direitos humanos protagonizadas pelos governos militares na América Latina e o posicionamento relativamente mais brando da IECLB em relação à ditadura militar no Brasil foram outros fatores a pesar na desativação do escritório do SPD. Foi justamente esta contradição que inviabilizou a realização, no início dos anos 70, da V Assembléia da FLM, que deveria ocorrer em Porto Alegre, a qual foi transferida às pressas para Evian, na França²⁹.

No decorrer dos anos 70, a crítica ao regime avançou muito lentamente no âmbito da Igreja. Em 1973, por exemplo, a IECLB optou por não fazer parte da direção da CESE (Coordenadoria Ecumênica de Serviços), entidade ecumênica de financiamento a projetos que, desde sua fundação, havia optado por uma linha não assistencialista, o que só veio a ocorrer em 1982. Em 1975, contudo, o documento “Nossa Responsabilidade Social” já assinalava uma mudança de postura da IECLB em relação à participação social da Igreja.

É difícil saber, porém, em que medida as divergências existentes entre a linha política assumida pela IECLB e a visão de Genebra e, eventualmente, do conjunto das agências financiadoras em relação à conjuntura política na América Latina influenciaram a opção destas enti-

²⁹ Descrição detalhada deste processo: ver SCHÜNEMANN, Rolf., *op. cit.*

dades em não financiar mais as atividades do SPD. O fato da IECLB nunca ter se disposto a assumir uma parcela maior dos custos financeiros referentes ao funcionamento do Serviço de Projetos pode ter sido, ainda, um outro ponto de tensionamento das relações com as organizações doadoras.

Outro elemento a ser considerado é o fato de que o final dos anos 70 foi um momento de reestruturação interna das Secretarias da Igreja. Era normal, portanto, que a direção da IECLB buscasse um maior controle sobre os diferentes organismos ligados à sua estrutura, incluindo aí o Serviço de Projetos, reagindo, eventualmente, aos esforços de algumas agências de buscar um contato mais direto com seus beneficiários, descartando a intermediação das instâncias da Igreja.

O fato é que, a partir de 1978, o escritório do Serviço de Projetos encerrou suas atividades, deixando de aceitar novas solicitações de recursos. Os projetos em andamento continuaram a ser acompanhados por um dos funcionários do Serviço de Projetos, o Sr. Carl Hoffmeister, que passou a trabalhar sob a coordenação direta da Secretaria Geral da Igreja.

Por um certo período de tempo, que não nos foi possível estimar a partir das entrevistas e documentos consultados, a IECLB deixou de trabalhar em novos projetos, limitando-se a acompanhar as iniciativas remanescentes do período anterior³⁰.

Verifica-se, no início dos anos 80, um aumento expressivo do volume de recursos destinados à Região Norte do Brasil e a retomada da importância, em meados da década, dos financiamentos no Sul do Brasil, fato que contrasta, frontalmente, com a decisão, tantas vezes manifestada

³⁰ Nesse período, Pão para o Mundo foi, ao que tudo indica, a principal agência financiadora. Entre 1975 e 1980 não houveram, ao que tudo indica, novos projetos financiados pela EZE. Esta entidade irá retomar, a partir de 1980, seus contatos com o Sul do Brasil e, mais especificamente, com a IECLB.

pelas agências, de retirar, ou pelo menos, diminuir drasticamente o apoio às ações de desenvolvimento nessa região. A importância assumida pelos movimentos sociais no campo no Brasil Meridional nos anos 80, e seu papel na luta pela redemocratização do País foi, sem dúvida, um elemento importante na retomada dos financiamentos nessa região. A nova safra de projetos aprovados destinava-se, principalmente, a atividades de formação e conscientização, fortalecendo movimentos populares, sobretudo no campo, bem como a formação de equipes de profissionais dedicadas à implantação de projetos alternativos em “agricultura alternativa”, “saúde preventiva”, “educação popular”. É nesse período que surgem os CAPAS (Centros de Apoio ao Pequeno Agricultor) diretamente ligados às Regiões Eclesiásticas da IECLB.

Este redirecionamento dos eixos norteadores da cooperação para o desenvolvimento, implementada nos anos 80 no âmbito da IECLB, tinha suas raízes em mudanças concretas que vinham ocorrendo dentro da Igreja, não sendo, portanto, um mero reflexo do posicionamento das agências. A voz de todo um grupo de pastores, obreiros e leigos inspirados pela Teologia da Libertação, dedicados ao trabalho junto às camadas mais pobres da população vinha, a partir dos anos 70, encontrando uma maior permeabilidade e influência nas instâncias de decisão da Igreja, traduzindo-se em posicionamentos da Presidência da Igreja e de seu Conselho Diretor. No ano de 1982 o lema “Terra de Deus, Terra para Todos”, escolhido pelo Conselho Diretor da Igreja, colocaria a reforma agrária como tema de discussão nas 1.424 comunidades luteranas existentes, então, no Brasil.

A Igreja assumia, portanto, não apenas a sua identidade brasileira mas, também, a sua responsabilidade na transformação das estruturas sociais e econômicas existentes no país. Os projetos de desenvolvimento apoiados refletiam no geral essa nova orientação, que seria aprofundada e sistematizada na reunião realizada pelo Conselho Diretor nos dias 2 e 3 de dezembro de 1983 em Florianópolis. O documento aprovado ‘Diretrizes para Projetos de Desenvolvimento’³¹ é, em grande medida,

³¹ Para uma análise crítica das ‘Diretrizes’, ver a seção nº 6.1.

um divisor de águas: pela primeira vez a IECLB discute oficialmente os critérios que deveriam orientar as ações de desenvolvimento apoiadas com verbas no exterior. O mais importante era que estes critérios refletissem não uma mera pressão externa das agências, mas a necessidade da IECLB de se posicionar enquanto instituição em relação aos rumos do desenvolvimento social.

O documento aprovado foi elaborado com a participação da direção da IECLB, pastores regionais, representantes de Conselhos Regionais, titulares de Comissões, Conselhos e Departamentos da Secretaria de Missão e sete representantes de agências doadoras, em um seminário que reuniu cerca de 50 pessoas. O texto final reforçava a necessidade de que os projetos apoiados tivessem por base *‘as decisões do povo empobrecido, que vai se organizando, possibilitando constante libertação e superação de estruturas injustas’*, devendo ter por objetivo *‘a organização do povo e não substituir responsabilidades’*.

A rigor, todos os setores excluídos da sociedade brasileira eram considerados como sendo público potencial das ações de desenvolvimento indicadas pelas ‘Diretrizes’. Este amplo campo de ação que se abria com a aprovação das ‘Diretrizes’ contrastava, no entanto, com os recursos então disponíveis para o funcionamento do Serviço de Projetos, que tinha, naquele momento, apenas um funcionário, inserindo-se enquanto parte de um universo bem mais amplo de atividades atribuídas à Secretaria Geral. Esta situação se estenderia até os últimos anos da década de 80.

Os anos 80 foram, portanto, um momento importante de construção da identidade da IECLB enquanto um agente social, político e religioso no contexto da sociedade civil brasileira. Este posicionamento da Igreja frente aos grandes problemas nacionais permitiu, também, que as iniciativas de cooperação para o desenvolvimento promovidas neste período passassem a se orientar com base em novas diretrizes, mantendo uma relação mais orgânica com o processo de organização dos atores populares, embora este processo, muitas vezes, não envolvesse diretamente as comunidades luteranas. Do ponto de vista organizativo, no entanto, o trabalho desenvolvido pela IECLB manifestou,

ao que tudo indica, uma série de fragilidades, muitas das quais só puderam ser superadas a partir de sua reestruturação em 1988.

4.3 A criação do Departamento de Diaconia e a Construção de um Outro Desenvolvimento

As ações desenvolvidas pela IECLB, no campo da Diaconia, remontam à própria implantação da Igreja Luterana no Brasil. O serviço aos idosos, às crianças, aos doentes hospitalizados e a muitos outros grupos necessitados tem sido um trabalho realizado pela Igreja junto às comunidades luteranas no Brasil, desde o século passado.

É somente nos anos 70, no entanto, que a função diaconal passa a ganhar uma maior visibilidade na Igreja como um todo. Neste período, a Casa Matriz de Diaconias intensifica seu trabalho no campo da formação, através da criação do Seminário Bíblico Diaconal, com um curso de três anos, que passa a formar assistentes comunitárias. A partir de 1976, com a fundação da Comunhão de Obreiros Diaconais da IECLB, o acesso ao ministério diaconal no Sul do Brasil deixa de ser uma prerrogativa das mulheres.

A influência da Teologia da Libertação no âmbito da Igreja Luterana nos anos 70 também se fez sentir na prática diaconal da IECLB. Ao lado de uma diaconia de caráter institucional, surgiram, nesse período, diversas ações concretas que apontavam para a construção de uma diaconia libertadora e socialmente engajada. Esta nova prática diaconal passa a estabelecer um diálogo permanente com diferentes disciplinas do conhecimento, buscando superar o viés assistencialista e vinculando a fé e a espiritualidade ao processo de transformação da sociedade.

A criação do Departamento de Diaconia, em 1988, enquanto parte integrante da Secretaria de Missão, veio a fortalecer esta visão libertadora da ação diaconal, possibilitando, ao mesmo tempo, que um amplo número de ações que, até então, ficavam restritas ao nível local, passassem a se articular em diferentes linhas de atuação, algumas delas ganhando, inclusive, uma expressão nacional.

Com a criação do Departamento e a nomeação de sua diretora, as atividades do Serviço de Projetos da IECLB deixaram de ser uma atribuição da Secretaria Geral, sendo incorporadas à Secretaria de Missão e, mais precisamente, ao Departamento de Diaconia. Na prática, era a primeira vez na história da IECLB que a ação diaconal e o apoio a projetos de desenvolvimento eram integrados sob uma mesma jurisdição.

Esta decisão implicava em múltiplos desafios. Era preciso reorganizar o Serviço de Projetos, qualificando a sua relação tanto com as agências doadoras como com seu público beneficiário. Além disso, o Departamento de Diaconia tinha à sua frente a importante tarefa de articulação, capacitação e promoção das diferentes linhas de ação diaconal já em andamento na Igreja. Somava-se a isso a necessidade de fomentar novos projetos, inovadores e capazes de fortalecer a prática diaconal desenvolvida nas comunidades.

Em seus dez anos de existência, o Departamento de Diaconia tem se consolidado enquanto um pólo de reflexão e integração das múltiplas iniciativas diaconais desenvolvidas no âmbito da IECLB. Entre 1988 e 1995 o Departamento realizou 23 encontros (incluindo pré-consultas, consultas e seminários), envolvendo um público de aproximadamente 1.150 participantes.

Em 1995 as comissões e grupos de trabalho impulsionados pelo Departamento de Diaconia mobilizavam 58 voluntários, além da equipe de executores³². No ano de 1997 este grupo havia se ampliado integrando 97 voluntários e 8 executores envolvidos nas seguintes áreas de trabalho: (1) grupo de assessoria ao Departamento de Diaconia (12 pessoas); Comissão do Serviço de Projetos (14 pessoas); Comissão Nacional de Atividades com Idosos em Comunidades (12 pessoas); Dirigentes de Ancionatos (13 pessoas); Comissão Nacional da Crian-

³² IECLB – Diaconia. Igreja que Serve, Serve! Seminário Nacional de Diaconia, 10 a 14 de setembro de 1995.

ça e Adolescente Empobrecido na IECLB (9 pessoas); Grupo de Apoio Nacional junto à Pessoa Portadora de Deficiência (20 pessoas); Conselho das Comunhões Diaconais (15 pessoas); Executores do Departamento de Diaconia (8 pessoas); Comissão Nacional sobre Saúde Comunitária (8 pessoas).

Boa parte dos esforços do Departamento tem sido direcionados no sentido de potencializar iniciativas diaconais que já vêm sendo desenvolvidas pelas comunidades e/ou instituições, articulando, na medida do possível, as diferentes experiências locais, e oportunizando momentos de capacitação e troca de experiência entre os diferentes agentes (obreiros ou leigos) envolvidos nesse trabalho. Novas linhas de atuação diaconal têm sido também impulsionadas, a exemplo do trabalho com Pessoas Portadoras de Deficiência, gerando, ao que tudo indica, resultados bastante consistentes ao longo dos anos.

No ano de 1991, por exemplo, foi realizada a “1ª Consulta Nacional à Pessoa Portadora de Deficiência à IECLB”, onde foram discutidas metas prioritárias para o trabalho com pessoas portadoras de deficiência para um horizonte de dez anos. Em 1992 foi organizado o 1º Seminário Nacional de Trabalho com Idosos, integrando representantes de diferentes instituições e grupos vinculados à IECLB com atuação nessa área. Em 1997 foi realizada uma nova edição deste evento, com o apoio de assessores com especialização nessa temática. Em 1993, com a participação do Departamento de Diaconia, estrutura-se a “Comissão Nacional da Criança e Adolescente Empobrecidos”. Em 1998 ocorre, em Porto Alegre, o “Seminário Nacional sobre Agricultura Familiar” reunindo diferentes projetos e grupos envolvidos na implementação de experiências alternativas de desenvolvimento rural.

Estas e outras iniciativas fazem parte de uma estratégia mais ampla do Departamento de Diaconia, visando ao fortalecimento da ação diaconal nas Regiões Eclesiásticas (hoje Sínodos), à elaboração de políticas específicas para as diferentes áreas de atuação diaconal e à capacitação de recursos humanos para o trabalho nas comunidades. Os resultados alcançados até o momento variam, conforme as diferentes

áreas, revelando-se em alguns campos, como é o caso do trabalho com Pessoas Portadoras de Deficiência, bastante significativos³³.

Paralelamente aos cursos e seminários envolvendo áreas temáticas específicas, o Departamento tem mantido uma presença constante em nível local nas diferentes regiões do País, sobretudo depois da implantação do projeto “Diaconia, Conscientização e Divulgação”. O projeto foi criado no ano de 1993 para divulgar a Diaconia e motivar comunidades e grupos para a ação diaconal, figurando, entre seus objetivos específicos, a preparação de lideranças, a criação de grupos de ação diaconal nas comunidades, o resgate do saber popular no campo da diaconia e o intercâmbio de experiências de trabalho na base.

Em 1995 registra-se a realização do 1º Seminário Nacional de Diaconia, o qual possibilitou, pela primeira vez, uma maior integração entre estas múltiplas manifestações da prática diaconal. Foi realizado, por ocasião deste seminário, um levantamento no qual foram consultadas 407 pessoas com atuação no campo da diaconia. Chama a atenção o fato de que 71% desta população eram compostas por leigos, principalmente por mulheres (75,2% da amostra). Um questionário mais aprofundado, direcionado a um universo mais reduzido de informantes, revelou que a grande maioria destas pessoas trabalhava de forma voluntária, por um período de até três horas diárias.

Revela-se assim o enorme potencial da ação diaconal desenvolvida no contexto da IECLB, no sentido de canalizar o trabalho de voluntários na promoção de iniciativas na área social, cabendo assinalar ainda a possível complementaridade existente entre este engajamento social, de caráter voluntário, que caracteriza fortemente a ação diaconal, e os projetos apoiados pelo SPD, os quais assumem, em alguns casos, um perfil de maior profissionalização.

³³ Entre as atividades desenvolvidas nesse campo cabe destacar a realização de um censo com o objetivo de identificar as pessoas portadoras de deficiência nas comunidades da IECLB, a realização de várias atividades de formação regionais e locais e a publicação de materiais informativos sobre o tema.

Além dos seminários e encontros, outros instrumentos de divulgação, como o boletim “Diaconia Informa” e os livros “Diaconia Fé em Ação” (organizado pelo Pastor Kjell Nordstokke) e “Diaconia, um chamado para servir” (organizado por Gísela Beulke) têm também contribuído no sentido de dar uma maior visibilidade e um novo conteúdo a ação diaconal dentro da IECLB. A capacitação de quadros para a ação diaconal, o fortalecimento da relação com os Sínodos e o aprofundamento da reflexão acerca da prática diaconal, sob uma perspectiva interdisciplinar, continuam sendo, no entanto, desafios a serem enfrentados pelo Departamento nos próximos anos, tendo em vista, inclusive, a reestruturação da Igreja.

No que diz respeito ao SPD, propriamente, foi implantada, nos últimos dez anos, uma série de iniciativas voltadas à qualificação deste serviço enquanto um sistema de gerenciamento de projetos. Em 1988 foi constituída, pelo Conselho Diretor da IECLB, a Comissão de Projetos, que passou a analisar e avaliar todos os projetos de desenvolvimento submetidos à IECLB pelas organizações beneficiárias. Desde então, a Comissão tem mantido um funcionamento regular, sendo renovada a cada quatro anos. As diretrizes da IECLB para o financiamento a projetos de desenvolvimento foram revistas e atualizadas em 1989 e 1995, em encontros envolvendo representantes de diferentes instâncias da Igreja.

Verifica-se também, a partir de 1988, o fortalecimento da relação estabelecida pelo SPD com as agências financiadoras na Europa. Pão para o Mundo, EZE e Federação Luterana Mundial mantêm-se ainda como principais parceiras no financiamento a projetos de desenvolvimento no Brasil, realizando encontros regulares com o Serviço de Projetos (bianuais e, mais recentemente, anuais). Em 1992 foi criado o Fundo de Pequenos Projetos, destinado ao financiamento de iniciativas onde a participação dos recursos da cooperação internacional é mais reduzida. Encontra-se também em processo de implementação um Fundo de Médios Projetos, que deverá concentrar-se no atendimento a projetos nas áreas de gênero, saúde comunitária e crianças e adolescentes.

Cabe registrar ainda, no que se refere à composição interna da equipe do SPD, que esta sofreu sucessivas alterações no decorrer dos últimos dez anos, com mudanças não apenas dos técnicos da equipe, mas, também, em sua Secretaria Executiva. Na opinião dos representantes de projetos entrevistados no processo do Diagnóstico Participativo, as sucessivas reestruturações pelas quais passou a equipe do SPD, afetaram o trabalho de acompanhamento aos grupos apoiados, fragilizando a contribuição passível de ser dada pelos técnicos na formulação da estratégia de atuação dos diferentes grupos. Isso não impediu, no entanto, que a IECLB continuasse mantendo uma relação bastante sólida, não apenas com projetos financiados pela Igreja, mas, também, com alguns dos principais movimentos sociais brasileiros, principalmente na área rural.

4.4 Considerações finais

O Serviço de Projetos da IECLB foi capaz de construir, ao longo de sua história, um sistema bastante rico e diversificado de relações, tanto com as agências de cooperação nos “países desenvolvidos”, como com os grupos e organizações beneficiárias no Brasil. A atual conjuntura da cooperação internacional, na qual se desenham fortes tendências de redução dos recursos disponíveis para a “ajuda ao desenvolvimento” na América Latina, acompanhada, simultaneamente, por um processo interno de mudança vivenciado recentemente pela IECLB, em sua organização interna, trazem, no entanto, a necessidade de uma avaliação retrospectiva desta trajetória.

O SPD, enquanto serviço da IECLB, têm, a seu favor, um importante acúmulo, não apenas de experiências mas, também, de respeito e credibilidade como organismo de apoio a projetos de desenvolvimento. A criação do Fundo de Médios Projetos, a crescente qualificação da relação com as agências financiadoras e a vinculação estabelecida entre os projetos de desenvolvimento e a ação diaconal da IECLB sinalizam, nesse sentido, perspectivas bastante promissoras neste trabalho.

É fundamental, porém, que este avanço do SPD seja acompanhado por um fortalecimento e profissionalização do trabalho da equipe, que conta, ainda, com um quadro de pessoal bastante reduzido frente às demandas de trabalho existentes. Esta qualificação do trabalho é, hoje, imprescindível para que o SPD possa sobreviver como sistema de gerenciamento de projetos em um cenário de crescente exigência por parte das agências doadoras em termos dos resultados a serem alcançados através da cooperação internacional.

Não se trata aqui, no entanto, de simplesmente atender a uma demanda externa, mas, sim, de reforçar a identidade da IECLB e do Serviço de Projetos enquanto um ator do desenvolvimento, capaz não apenas de responder com eficiência às exigências dos organismos internacionais de cooperação mas, sim, de se constituir enquanto uma organização habilitada a propor e implementar um conjunto diversificado de estratégias de captação e destinação de recursos, com base em demandas e prioridades fortemente alicerçadas nas necessidades e projetos das organizações locais.

O processo de reestruturação da Igreja, que aponta para uma crescente expressão, tanto das instâncias locais (sínodos e paróquias), como dos leigos, abre novas oportunidades no que tange à implantação de projetos diaconais e de desenvolvimento nas diferentes regiões de atuação da IECLB. A capacitação de lideranças comunitárias para a gestão de projetos de desenvolvimento nos sínodos poderá vir a ser, inclusive, uma das tarefas a serem executadas e/ou intensificadas pelo Departamento de Diaconia e pelo próprio SPD no próximo período.

Parece-nos importante, no entanto, que o SPD e, sobretudo, o Departamento de Diaconia, possam viver este processo de descentralização da Igreja como um momento de renovação de sua relação com as comunidades luteranas sem fragmentar, contudo, excessivamente, sua atuação, e sem perder de vista a dimensão ecumênica que, historicamente, tem caracterizado o trabalho social desenvolvido pela IECLB.

4.5 Cronologia do Departamento de Diaconia e do SPD

IECLB / Diaconia	SPD
<p data-bbox="177 428 563 464">1968 Constituição da IECLB</p> <p data-bbox="177 710 598 812">1970 Lançado o manifesto de Curitiba, em defesa dos direitos humanos</p> <p data-bbox="177 851 598 1059">1973 O 8º Sínodo Geral toma decisão de acompanhar os membros da comunidade migrados para as novas fronteiras agrícolas, sobretudo no Norte do País, prestando-lhes assistência pastoral</p> <p data-bbox="177 1099 598 1201">1975 IECLB lança o documento "Nossa Responsabilidade Social"</p> <p data-bbox="177 1240 598 1408">1976 Fundação da Comunhão de Obreiros Diaconais da IECLB em Assembléia de Fundação realizada na Associação Diacônica Luterana em Serra Pelada/ES.</p>	<p data-bbox="610 291 1030 534">1966 Organização do SPD pela Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil em comum acordo com a Federação Luterana Mundial e seu Departamento de Desenvolvimento Comunitário (Community Development Service)</p> <p data-bbox="610 573 1030 675">1969 Nomeação da primeira Comissão de Projetos pelo Conselho Diretor da IECLB</p> <p data-bbox="610 856 1030 1094">1973 Definição por parte do SPD, de temáticas prioritárias para o Sul do Brasil: (1) formação de mão-de-obra Qualificada; (2) medicina preventiva e educação sanitária; (3) fomento ao cooperativismo; (4) agricultura e pecuária</p> <p data-bbox="610 1240 1030 1373">1976 A FLM aprova uma verba de US\$ 50.000,00, já sinalizando uma redução gradual das atividades do SPD</p>

IECLB / Diaconia	SPD
<p>1976 Aprovação do Documento “Nossa Responsabilidade Social”</p>	
<p>1982 Concílio Geral aponta a defesa e fortalecimento da pequena propriedade diversificada como uma orientação da Igreja. IECLB elege como tema do ano o lema “Terra de Deus, Terra para Todos” conclamando seus membros para a defesa de uma reforma agrária</p>	<p>1978 O escritório do SPD encerra suas atividades. Os projetos remanescentes passam a ser administrados através da Secretaria Geral. – Criação do CAPA em Santa Rosa (RS)</p> <p>1983 Seminário de Florianópolis define as Diretrizes e os Critérios para Projetos de Desenvolvimento na IECLB</p>
<p>1985 Início da implantação da Pastoral Popular Luterana</p>	
<p>1988 Criação do Departamento de Diaconia, integrado à Secretaria de Missão. – Junho de 1988: Constituição da Comissão de Projetos</p>	<p>1988 O SPD é integrado ao Departamento de Diaconia, vinculado à Secretaria de Missão</p>
<p>1991 Realização da 1ª Consulta Nacional sobre Pessoa Portadora de Deficiência na IECLB</p>	<p>1991 Criação do Fundo de Pequenos Projetos;</p>
<p>1992 1º Seminário Nacional de Trabalho com Idosos</p>	<p>1992 Início da participação da IECLB, através do SPD, no Núcleo Terra e Democracia</p>
<p>1993 Estruturação da Comissão Nacional da Criança e Adolescente Empobrecidos</p>	

IECLB / Diaconia	SPD
<p>1995 Realização do Seminário Nacional de Diaconia (10 a 14 de setembro)</p>	<p>1995 As Diretrizes para Projetos de Diaconia/Desenvolvimento são revistas e atualizadas em Seminário realizado no mês de novembro.</p>
<p>1996 Criação do Dia Nacional da Diaconia da IECLB</p>	
<p>1997 Reestruturação da IECLB com a criação de 18 Sínodos que passam a substituir as Regiões Eclesiásticas</p>	<p>1998 Realização de diversos Seminários envolvendo diferentes grupos temáticos: Agricultura Familiar, PPD, Dirigentes de Ancionatos etc – Início do Diagnóstico Participativo</p>